





PRESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS
Uma abordagem transfronteiriça
= INVESTIGAÇÃO E COMBATE: UMA ANÁLISE OPERACIONAL=

António Carvalho

Coordenador de Investigação Criminal

Directoria de Lisboa e Vale do Tejo

Guarda, 24.Novembro.2009



POLÍCIA JUDICIÁRIA

(cfr. a Lei de Organização da Investigação Criminal / LOIC)

É o Órgão de *Polícia Criminal* com competência reservada para a investigação do crime de incêndio, desde que praticado (acção) a título de dolo.



Estrutura de Investigação

- **Quatro Directorias** –
Norte (*Porto*); **Centro** (*Coimbra*);
Lisboa e Vale do Tejo (*Lisboa*); **Sul** (*Faro*)
- **Seis Departamento de Inv. Criminal (DIC's)** –
Braga; **Aveiro**; **Guarda**; **Leiria**; **Setúbal**; **Portimão**
- **Uma Unidade Local** –
Vila Real



Estrutura de Apoio

- **Laboratório de Polícia Científica** –
Sede - Lisboa
Delegação - Porto
- **Escola de Polícia Judiciária** –
Gabinete de Psicologia e Selecção
Sede - Barro (Loures)
- **Unidade Nacional de Informação** –
Sede - Lisboa
Unidades Locais – Todos os Departamentos



Meios

- **Oitenta investigadores com formação técnica (a tempo inteiro)**
com reforço sazonal para incêndios florestais
- **Representação na estrutura da ANPC –**
Oficiais de Ligação em todos os CDOS (elem. contacto)
Oficial de Ligação no CNOS (em permanência 7 meses)



OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- **INICIAR UM PROCESSO CRIME -**
Através dos elementos de prova recolhidos

- **ORIENTAR A PREVENÇÃO -**
Permitindo uma prevenção dirigida, *em cada local*, face aos antecedentes



A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DESENVOLVE-SE NAS SEGUINTE FASES:

• NOTÍCIA DO FACTO

Tomada de conhecimento do ilícito, por qualquer meio
(por se tratar de um “potencial” crime público)

• INSPECÇÃO JUDICIÁRIA

Realizada por OPC com formação técnica adequada

- PJ- Brigadas de Investigação de Incêndios
- GNR- Equipas Protecção Florestal (EPF) (ex-CNGF)
Equipas de Protecção da Natureza e Ambiente (EPNA)

• INVESTIGAÇÃO CRIMINAL SUBSEQUENTE

Conforme o previsto na LOIC, a desenvolver:

- pela P.J. nos casos de acção **Dolosa**
- pela G.N.R. nos casos de acção **Negligente**



Enquadramento das ocorrências





Organograma da Investigação Criminal dos Incêndios Florestais





OBJECTIVO DA INSPECÇÃO JUDICIÁRIA

- A IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DA CULPA
POR PARTE DO AUTOR
- A RECOLHA DE TODA A PROVA MATERIAL
NO LOCAL ONDE O FACTO FOI PRATICADO
(Local da ignição)
- ASSENTAR E PROJECTAR A INVESTIGAÇÃO EM
PONTOS CONCORDANTES



INSPECÇÃO JUDICIÁRIA

- METODOLOGIA -

- **DETERMINAÇÃO DO PONTO DE INÍCIO DA COMBUSTÃO**
- **NESSE LOCAL PROCEDER À IDENTIFICAÇÃO DO MEIO DE IGNIÇÃO UTILIZADO**
- **VALIDAÇÃO DA PROVA MATERIAL COM A PROVA PESSOAL**
- **DETERMINAÇÃO FINAL DA CAUSA (*PROVÁVEL*)**



A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL SUBSEQUENTE

- Exame pericial da prova material
- Recolha de toda a prova pessoal disponível
- Cruzamento dos factos apurados com os antecedentes na zona
- Identificação comportamental dos indivíduos de risco
- Identificação de potenciais autores
- Resconstituição dos factos pelo suspeito



INDIVÍDUOS DE RISCO

- De acordo com os Perfis já determinados pelo estudo sócio-psicológico do incendiário português
- Com antecedentes criminais pelo crime de Incêndio Florestal
- Desinseridos sócio-profissionalmente
- Com antecedentes de suspeição (localmente)



OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- **INICIAR UM PROCESSO CRIME -**
Através dos elementos de prova recolhidos

- **ORIENTAR A PREVENÇÃO -**
Permitindo uma prevenção dirigida, *em cada local*, face aos antecedentes



PREVENÇÃO DIRIGIDA

• Conhecimento do
HISTÓRICO



• Evitar
FACTOS

PREVENINDO com base:

- • **QUANDO** (momento de ignições)
- • **ONDE** (lugar de ignições)
- • **CONTRA QUÊ** (causas mais comuns)
- • **CONTRA QUEM** (potenciais autores)
- • **COMO** (estratégia para evitar a ignição)



PREVENÇÃO DIRIGIDA NA CAUSALIDADE POR ACÇÃO NEGLIGENTE

- REDUZIR O NÚMERO DE IGNIÇÕES
- REDUZIR AS SITUAÇÕES DE POTENCIAL PERIGO
- CONTROLE DO “USO DO FOGO”



- AUMENTO DE INDÍCES DE FISCALIZAÇÃO
(aplicação do D.L. n.º 124/2006, revogado pelo D.L. N.º 17/2009)
- ACOMPANHAMENTO TÉCNICO (em função das actividades específicas)



PREVENÇÃO DIRIGIDA NA CAUSALIDADE POR ACÇÃO DOLOSA

- IDENTIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DE *RISCO*
- CONHECIMENTO DOS ANTECEDENTES
- IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE RISCO (*BENS A PROTEGER*)



- CONTROLE E/OU INSERÇÃO SOCIAL
- OCUPAÇÃO RACIONAL DO ESPAÇO EM FUNÇÃO DA CAUSALIDADE LOCAL



PREVENÇÃO (DINÂMICA) DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS



Assenta em dois princípios básicos:

NEGLIGENTES

- Fiscalização efectiva para as situações de “uso do fogo”

DOLOSOS

- Controlo ou inserção social dos indivíduos de risco



*Directoria de Lisboa
e
Vale do Tejo*